



Assembleia Legislativa

FOLHA DE INFORMAÇÃO OU DESPACHO

RUBRICA <i>Urdanex</i>	FLS Nº
ANEXOS	NÚMERO <i>Nº - 29377/2022</i>

DIRETORIA LEGISLATIVA JUNTADA

Publicação de matéria
de 04 laudas.

Em 21/11/22

[Assinatura]
Funcionário

[Assinatura]
José Hagamenon Alves Barbosa Júnior
Chefe do Setor de Publicação

DIVISÃO DE APOIO LEGISLATIVO

Encaminhe-se a

Com. de Const. e
Justiça

Em 21/11/22

p.p. Sônia Figueiredo

Conceição de Maria Pádua Sampaio
Chefe da Div. de Apoio Legislativo

AL. DIRETORIA LEGISLATIVA
Nos termos regimentais.
Encaminhe-se a

S. G. M.

[Assinatura]
Francisco Edvan da Silva
Diretoria Legislativa

28/12/22



Assembleia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

Justiça
para os devidos fins.

Em 21/11/2022

Conceição de Maria Lages Rodrigues
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado

FRANCISCO LIMA
para relatar.

Em 12/12/2022

Presidente da Comissão de Constituição
e Justiça

Antônio Henrique de Carvalho Pires
DEPUTADO ESTADUAL



Assembleia Legislativa do Estado do Piauí
Gabinete do Deputado Estadual **Francisco Limma**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 160 DE 2022.
PROCESSO (PROTOCOLO) AL Nº ____ /2022

RELATOR: DEPUTADO FRANCISCO LIMMA

I – RELATÓRIO E VOTO.

Foi enviado para a relatoria deste Deputado, o projeto de lei nº 160 de setembro de 2022, de autoria do Senhor Deputado Fábio Novo que tem a seguinte ementa: **“DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE INSTALAÇÃO DE AMBIENTE ADEQUADO DE TRABALHO E REPOUSO PARA OS PROFISSIONAIS DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL, DURANTE O HORÁRIO DE TRABALHO NO ESTADO, ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA.”**

O referido projeto de lei visa a prevenção dos riscos e possíveis lesões que possam ocorrer para os profissionais de fisioterapia e terapia ocupacional, além de garantir as necessidades específicas dos profissionais de fisioterapia e terapia ocupacional que trabalham longas jornadas e devem ter um ambiente adequado e salubre, condições mínimas de descanso durante o horário de trabalho (art. 1º parágrafo único).

Pelo projeto, em seu anexo único, os estabelecimentos e serviços de saúde deverão adotar medidas de prevenção de riscos biológicos, físicos, químicos, psicossociais e agentes ergonômicos e a disponibilização de exames complementares para a detecção de agravos à saúde relacionados ao gênero, idade e estilo de vida dos profissionais, além de programas de redução de riscos ocupacionais aos profissionais (art. 7º).

Portanto, é uma forma justa de garantir aos profissionais que se dedicam e exercem trabalho em regime de plantão e que necessitam de repouso adequado e que possam atender os pacientes com maior qualidade.

Analisando, inicialmente, a competência e legitimidade para propor o presente projeto de lei, vê-se que está em consonância com o artigo 75, da Constituição Estadual que prevê a competência de Membro da Assembleia Legislativa a iniciativa para a proposição.

Observa-se também que a proposição de lei ordinária não encontra quaisquer óbices constitucionais e infraconstitucionais, nem vícios formais e materiais de inconstitucionalidade. Da mesma forma que tampouco requer reparos quanto à Técnica Legislativa.



Assembleia Legislativa do Estado do Piauí
Gabinete do Deputado Estadual **Francisco Limma**

No que toca as disposições regimentais, observa-se que o projeto de lei cumpre os ditames dos artigos 105, I e 106 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, observado em todos os seus termos.

Ante o exposto, entendendo que não há impedimento quanto à sua legalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa, **minha manifestação é favorável à constitucionalidade do referido projeto.**

II - DO PARECER DA COMISSÃO.

A Comissão de Constituição e Justiça, após a discussão e votação da matéria, delibera;

() Pelo **acatamento do voto do relator** () Pela **rejeição do voto do relator**,

SALA DAS COMISSÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, em Teresina, 18 de dezembro de 2022.

Dep. Francisco Limma/PT
Relator

